



Inclusão produtiva rural, agricultura familiar e a agenda do debate

Coordenadora: Mireya Valencia Perafán - UnB

Apresentadores: Vahid Vahdat, Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural; Cidonea Deponti, UNISC/RETE; Mireya Valencia Perafán, UNB/RETE; Alexandre Lima, Consórcio Nordeste,

Justificativa

No âmbito da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), em parceria com a Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural do CEBRAP e a Fundação Arymax, está sendo desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de construir uma Tipologia de Inclusão Produtiva Rural que permita evidenciar possíveis caminhos para a inclusão em diálogo com as diferenças territoriais e os contextos econômicos e sociopolíticos nos quais os casos estudados estão inseridos. A temática da “inclusão produtiva” tem ganhado destaque nas discussões sobre desenvolvimento territorial e rural, tanto na academia como entre os operadores de políticas e os gestores públicos. A volta do crescimento da pobreza e da fome, acirrada pela pandemia do Coronavírus 2019, implica na necessidade de iniciativas para combatê-la ou minimizá-la.

Nesse marco, a discussão centra-se nos sistemas alimentares brasileiros e sua relevância para favorecer processos de inclusão via aumento da segurança alimentar, acesso a mercados e aumento da produtividade. Embora essa potencialidade, esses sistemas, nesta última década, foram afetados por um conjunto de fatores, tais como o aprofundamento da situação de insegurança alimentar; a suspensão dos serviços de ATER; o limitado apoio do governo federal aos pequenos produtores; o agravamento dos problemas de logística; os riscos de contágio pelo Covid-19; as mudanças climática; o baixo acesso por comunidades isoladas e dispersas à digitalização dos sistemas alimentares e à capacidade para responder à demanda por alimentos saudáveis e sustentáveis. Tais fatores ampliaram a fome e a pobreza e implicam em movimentos que busquem minimizá-las.

A pesar desse quadro, em diversos territórios rurais brasileiros existem evidências da reterritorialização dos sistemas alimentares. Algumas dessas evidências foram cadastradas e analisadas por diferentes projetos como são a Ação Coletiva Comida de Verdade (ACCV), projeto de cobertura nacional executado no período de 2020 a 2022; o projeto de desenvolvimento Dom Helder Câmara com cobertura na região Nordeste (2014 – 2022) e os Projetos Odysseia e ReFlorAmaz (em curso), estes últimos executados no Pará. Os dados disponibilizados por essas iniciativas vieram a conformar a base de evidências que a RETE analisou para propor a tipologia. A equipe de pesquisa da RETE que lidera a proposta, elaborou um *position paper* (2022)¹ que constitui o primeiro marco de referência da investigação e cujos

¹ Valencia, M; Tartaruga I; Travassos, L; Ávila, M; Preiss, P; Diniz, P; Deponti, C; Coudel, E; Wagner, D. Tipologia da inclusão produtiva rural (TIPR) e sua incidência em políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Position Paper (inédito). RETE: Brasília, 2022.



aspectos mais destacados serão apresentados nesta SORG pelas pesquisadoras Cidonea Deponti e Mireya Valencia.

Dessa forma, o objetivo desta SORG é trazer ao debate a construção da tipologia e sua relevância para a orientação de políticas públicas que visem diminuir os processos de exclusão social nos territórios rurais. Somado a isso, espera-se apresentar a relevância de uma iniciativa como a Cátedra Inclusão Produtiva Rural e sua contribuição para, em apoio com diversos centros acadêmicos e organizações de desenvolvimento, construir novos e atualizados referenciais sobre os processos de inclusão e gerar capacidades sobre o conceito da inclusão produtiva, seus tipos, vantagens e instrumentos para alcançá-la. Nesse sentido, a participação do Consórcio Nordeste na SORG se justifica pela relevância que esse importante arranjo institucional tem para o desenvolvimento do Nordeste, e sua incidência nas estratégias de inclusão lideradas por os governos estaduais e outras organizações nordestinas. Debater a temática da inclusão, sua atualidade e pertinência, num contexto onde a transição para sistemas alimentares sustentáveis é cada vez mais necessária. O propósito final é poder influenciar no desenho e/ou ajuste de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional, diminuam os efeitos provocados pelas mudanças climáticas e criem canais diversos de abastecimento alimentar que dinamizem as trocas, comerciais ou simbólicas, de comida de verdade nos territórios rurais brasileiros.

Resumos Expandidos:

1. A Cátedra Inclusão produtiva rural (CEBRAP) – Vahid Vahdat

Como em todo processo de transição de paradigmas, para que essa mudança possa sensibilizar outros atores e transformar-se em linguagem compartilhada, é preciso um esforço significativo de mobilização de evidências, sistematização de lições vindas da prática, formulações teórica e discursiva, fortalecimento de capacidades e disseminação de conhecimentos. É neste marco que o Cebap e a Fundação Arymax conceberam a criação da Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano. Iniciativa que também recebeu o pronto apoio da Fundação Tide Setubal e do Instituto humanize.

A definição de espaços rurais com a qual se trabalha na Cátedra Itinerante é mais ampla do que aquela expressa nas estatísticas oficiais, trata-se de olhar para territórios, localidades ou microrregiões que englobam também as sedes dos pequenos municípios e vilarejos; trata-se, portanto, de espaços de características predominantemente rurais. Esta visão mais atual é crescentemente utilizada nos estudos e práticas de planejamento.

As vantagens de operara com essa visão ampliada: boa parte da população rural hoje cruza os limites formais com os espaços urbanos diariamente; não há vida urbana no Brasil interiorano sem relações de dependência com seu entorno rural; não há vida rural sem relação com os núcleos urbanos.

A essa concepção ampla do rural, soma-se outros fatores que devem ser levados em conta. A pandemia de Covid 19 provocou uma mudança significativa de contexto para o tratamento dos temas relacionados à inclusão produtiva nas áreas rurais e interioranas. Houve uma agudização



da situação de vulnerabilidade de muitas famílias rurais. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços motivadas pelas medidas de isolamento e distanciamento social afetaram duplamente muitas destas famílias, sobretudo as mais pobres: feiras e outras formas de comércio local foram interditadas em muitas áreas, impactando diretamente a renda destes agricultores.

Há também uma aceleração de certas tendências que já estavam em curso, e que irão impactar agora ainda mais, e de forma mais rápida, as condições de inclusão produtiva das famílias rurais. Pode-se mencionar a maior seletividade adotada por empresas, entre os produtores de certas cadeias de produtos agroalimentares, para diminuir riscos de fornecimento, ou a substituição de trabalho humano por trabalho artificial em agroindústrias ou nas etapas de plantio, colheita e beneficiamento.

Há, por fim, uma fragilização da capacidade de resposta de governos, empresas, e mesmo de organizações da sociedade civil a este novo contexto. O enfrentamento da pandemia provocou uma elevação dos gastos públicos, agravando a crise fiscal que já vinha se formando por conta da continuada crise econômica.

Todo contexto de crise é feito de muitos desafios, como os mencionados acima, mas também de algumas poucas oportunidades. Quanto a isso, em três domínios a pandemia abriu ou ampliou possibilidades que podem representar um campo promissor para a inclusão produtiva rural: 1) relação rural-urbano; 2) Sistemas agroalimentares; 3) maior sensibilidade para temas ambientais. À sua vez, esses domínios assinalam quatro caminhos para a inclusão produtiva para promover economias locais sustentáveis e inclusivas em: 1) Aumento da produtividade e rentabilidade dos pequenos negócios agrícolas; 2) Aperfeiçoamento de estratégias de acesso a mercados; 3) Digitalização dos sistemas alimentares e 4) associar a inclusão produtiva a outros domínios. Especificamente pode-se falar de:

Inclusão produtiva e economias locais

Abordar a inclusão produtiva rural no Brasil implica reconhecer a heterogeneidade de situações existentes. Não há uma solução única para o país. Uma visão abrangente e renovada da inclusão produtiva para as áreas rurais exige diversificar as estratégias e estabelecer mecanismos de coordenação que permitam superar os desafios existentes.

Ao longo das últimas décadas a população ocupada em estabelecimentos agropecuários têm diminuído no país, com reduções expressivas nas regiões Nordeste e Sul. Não é possível afirmar com segurança quanto destas ocupações perdidas são compensadas por oportunidades de trabalho fora dos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, há um crescimento das ocupações nas regiões Norte e Centro-Oeste. Pelo menos parte dessas novas vagas acontecem em áreas de fronteira, com conversão de florestas e vegetação nativa em lavouras e pastagens, frequentemente acarretando sérios danos ambientais.

Coordenação de diferentes políticas e instrumentos (aprendizagens de inclusão produtiva rural na América Latina)

Diferentes países tentaram, nas duas primeiras décadas deste século, transformar em programas e políticas públicas alguns dos principais ensinamentos da literatura especializada sobre o tema da inclusão produtiva, como o tratamento multidimensional da pobreza e a necessidade de



combinar políticas sociais e políticas produtivas. Os avanços não foram os mesmos nos diferentes países. Há lições que podem ser identificadas em cada caso

Com relação às intervenções de inclusão produtiva, um dos principais desafios enfrentados foi a coordenação das intervenções que se organizam ao longo de uma trajetória. Os êxitos foram parciais e diferentes de país a país sob dois aspectos igualmente importantes: a) como assegurar que as diferentes intervenções cheguem às mesmas famílias e na sequência adequada (coordenação de diferentes políticas e instrumentos); e b) com que atores é possível estabelecer arranjos de coordenação em cada território (coordenação entre atores estatais e entre atores estatais e não estatais)

Digitalização, acesso a mercados alimentares e inclusão produtiva

Digitalização da agricultura e dos mercados alimentares é um tema amplo e cobre uma variedade de formas de utilização de tecnologias de informação e tratamento de dados em todas as fases da produção até o consumo (tecnologias de monitoramento e uso de recursos, simulação de efeitos de mudanças climáticas, plataformas digitais de comercialização, aplicativos de assistência técnica e acesso a informações)

As plataformas digitais podem assumir muitas variações: quanto ao tipo de atores envolvidos (somente agricultores e consumidores, ou envolvendo também intermediários de diferentes tipos); quanto ao papel de cada um deles; quanto ao tipo de transação que se efetua nestes ambientes virtuais; e a como se estruturam barreiras de entrada e distribuição de ganhos

Bioeconomia e transição sustentável nas formas de uso dos recursos naturais

Os próximos anos representarão uma janela de oportunidade para a promoção da agenda da biodiversidade. Temas e narrativas como a bioeconomia, *Green New Deal*, Retomada Verde Pós pandemia, *Big Push* ambiental indicam como as possibilidades de associar dinamização econômica e usos inovadores da biodiversidade já são uma realidade.

Bioeconomia e outros conceitos correlatos têm um caráter polissêmico e controverso. Ao lado das oportunidades que se abrem há várias barreiras de entrada à participação de agricultores e produtores mais pobres ou em situação de vulnerabilidade. Sem contorná-las, esses novos negócios podem representar apenas mais uma frente de expansão para ganhos empresariais, sem resultar em maior inclusão

Esse movimento de aproximação entre instituições e o reconhecimento da inseparabilidade da questão climática, produtiva e dos usos da biodiversidade é especialmente importante dada a resistência histórica dos governos e comunidades epistêmicas em caminhar nesse sentido. Este relatório explora as conexões entre essas dimensões apontando evidências de que a maneira como a biodiversidade vem sendo apropriada por meio de atividades econômicas e produtivas tem implicações diretas nos processos de mudanças climáticas e reconhece, como consequência, a necessidade vital de promoção de novas formas de uso dos recursos naturais



2. O projeto de tipologia da inclusão produtiva rural (RETE), aspectos teóricos e metodológicos – Cidonea Machado Deponti²

O marco de referência

O projeto junto à Cátedra de Inclusão Produtiva Rural (CEBRAP), desenvolvido no âmbito da RETE, objetiva construir uma tipologia da inclusão produtiva rural tendo por base níveis de inovação inclusiva que visam identificar o grau de inclusão de grupos sociais vulneráveis em processos de inovação técnica. Na agenda internacional de políticas públicas, o tema da inclusão produtiva torna-se relevante pelo adensamento da discussão sobre a importância do emprego como direito fundamental. Ademais, a ideia de inclusão produtiva está colocada em diversos momentos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU (nos objetivos 1 e 8 e nas metas 1.1, 1.2, 1.4 e 1.5 (VEREDAS, 2019). O significado do termo inclusão produtiva ainda não apresenta consenso na comunidade acadêmica e, tampouco, no meio governamental, mas, a pesar disso, estudos sobre o assunto mostram a emergência da temática nas últimas décadas.

Em termos teórico-metodológicos destaca-se a elaboração de um quadro explicativo para a construção dessa tipologia, baseado em uma espécie de “fertilização cruzada” entre a abordagem da inovação inclusiva e a inclusão produtiva, esta última conduzida pelos caminhos da produtividade, acesso a mercados e segurança alimentar.

A discussão sobre mudanças tecnológicas e inovação inclusiva possui uma forte relação com o tema da inclusão produtiva, não só, mas particularmente no setor agroalimentar. Ao longo da história da humanidade, as técnicas têm determinado as possibilidades de ação humana sobre a natureza, sobretudo, no que diz respeito às atividades econômico-produtivas (SANTOS, 1999). Nas atividades agropecuárias não é diferente. Como enfatizado por Mazoyer e Roudart (2010), os sistemas agrários foram muito modificados e, conseqüentemente, influenciaram os estilos de vida dos agricultores mediante a incidência importante das novas tecnologias. Como foi, em período recente, a revolução verde, a partir dos da década de 1960, uma variação da revolução agrícola contemporânea de meados do século XX.

Além disso, um dos principais motores de mudança econômica, juntamente com o empreendedorismo e a acessibilidade, é a inovação (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011). Efetivamente, as inovações são uma das fontes fundamentais de dinamismo econômico. As regiões e países mais inovadores e com maior capacidade de absorção de conhecimentos (COHEN; LEVINTHAL, 1990) são aqueles mais desenvolvidos, o que explica parte das desigualdades econômicas regionais em geral.

Nas atividades produtivas vinculadas à inclusão social e econômica parece haver um papel importante dos processos de inovação inclusiva. A capacidade de apropriação das tecnologias entrantes e de criação de tecnologias são essenciais para a resiliência perante os desafios da “destruição criativa”. Por outro lado, também é fundamental a capacidade de adaptação dos territórios às novas técnicas, ou seja, de uso das inovações de forma a que favoreçam os

² Síntese do referencial elaborado pela equipe de pesquisa: Valencia, M; Tartaruga I; Travassos, L; Ávila, M; Preiss, P; Diniz, P; Deponti, C; Coudel, E; Wagner, D. Tipologia da inclusão produtiva rural (TIPR) e sua incidência em políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Position Paper (inédito). RETE: Brasília, 2022.



respectivos territórios; como apregoa a abordagem evolucionária (NELASON; WINTER, 2005; BOSCHMA; MARTIN, 2007) no sentido de selecionar as práticas mais adequadas ao território.

No sentido contrário, há igualmente benefícios da inclusão produtiva nas atividades de inovação. De fato, a inclusão de grupos sociais, normalmente excluídos de atividades produtivas formais e rentáveis, pode oferecer novas perspectivas cognitivas quando encontram um ambiente preparado para absorver e desenvolver esses conhecimentos (TARTARUGA; SPEROTTO, 2021; TARTARUGA, 2021).

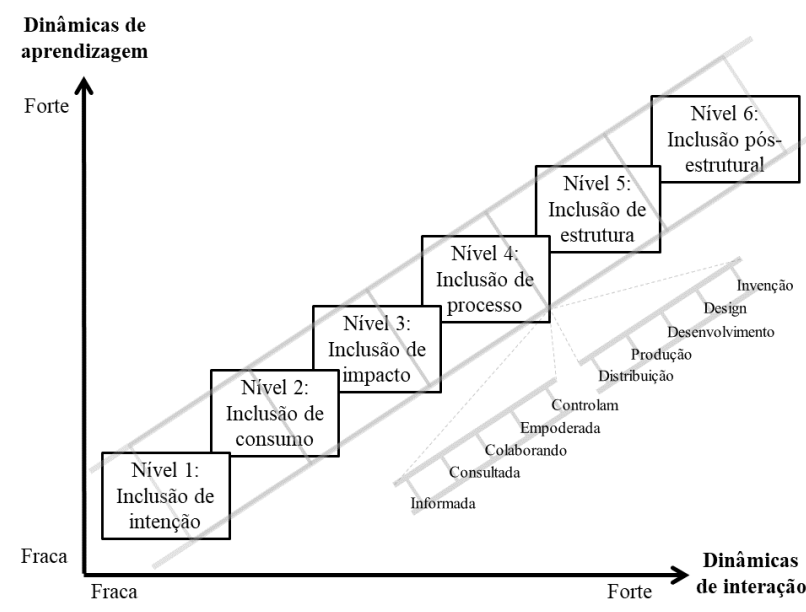
De igual forma, a exclusão social forçosamente empurra os sujeitos e grupos para processos inovadores. As cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as organizações e coletivos extrativistas e coletores de sementes, as formas de resistência fundiárias como os usuários de bens comuns como os fundos de pasto são inovações sociais derivadas de processos de exclusão associadas a movimentos de resistência. Obviamente que a inação do Estado possui papel relevante no desenvolvimento e fortalecimento desses conflitos, mas seu reconhecimento permite que haja reparação e estímulo aos processos de inclusão produtiva.

Nesse contexto complexo e contraditório, a noção de inovação inclusiva surge como um tipo de inovação atenta às possibilidades desses processos tornarem-se inclusivos e no seu grau mais elevado, uma verdadeira apropriação pelos grupos vulneráveis. A **inovação inclusiva** é toda novidade técnica (produto ou processo produtivo) que visa satisfazer as necessidades de estratos da população de baixa renda ou escolaridade (Heeks et al., 2013; Tartaruga, 2018; 2021; Tartaruga e Sperotto, 2021). Além do mais, tal concepção contempla a possibilidade que essas inovações sejam criadas, diretamente, por esses mesmos estratos. Neste caso, a inovação atingiria uma real apropriação tecnológica com a participação desses estratos sociais.

Assim, a tipologia está pautada por **seis níveis de inovação inclusiva (ou escada da inovação inclusiva)** que visam identificar o grau de inclusão de grupos sociais vulneráveis (baixa renda ou escolaridade) em processos de inovação técnica (Tartaruga, 2018; 2021; Tartaruga e Sperotto, 2021) – Figura 1. Esses níveis de inovação procuram abordar as três áreas de estudo prioritárias para a IPR, como verifica-se nos diferentes níveis da tipologia, a seguir:

- **Nível 1 – inclusão de intenção:** a inovação é inclusiva quando a intenção da inovação é direcionada para satisfazer as necessidades, vontades ou dificuldades do grupo vulnerável.
- **Nível 2 – inclusão de consumo:** se a inovação é disponibilizada e adotada pelo grupo excluído.
- **Nível 3 – inclusão de impacto:** quando a inovação causa um impacto positivo nos meios de vida do grupo fragilizado.
- **Nível 4 – inclusão de processo:** quando o grupo excluído participa em alguma das etapas da atividade de inovação (invenção, desenho, desenvolvimento, produção ou distribuição).
- **Nível 5 – inclusão de estrutura:** ocorre quando a inovação é criada no âmbito de uma estrutura social que é inclusiva em essência.
- **Nível 6 – inclusão pós-estrutural:** quando a inovação é criada no interior de um sistema de conhecimento e de discursos que são inclusivos.

Figura 1 – Níveis de inovação inclusiva (ou escada da inovação inclusiva) e dinâmicas de aprendizagem e interação.



Fonte: Tartaruga e Sperotto (2021, p. 105).

Importante ressaltar que uma mesma experiência produtiva pode apresentar mais de um nível de inclusão, ou seja, gerar um efeito positivo em uma comunidade em termos de sustentabilidade (inclusão de impacto) e, ao mesmo tempo, os atores vulneráveis envolvidos participam, diretamente, na elaboração da inovação (inclusão de processo). Na inclusão de processo (nível 4), um dos níveis mais férteis da tipologia, pode-se qualificar a participação/interação do grupo excluído, desde o mais simples até o mais complexo: quando o grupo é informado, consultado, colabora, empoderado ou controla a atividade inovadora. Também vale ressaltar que estes níveis de inovação proporcionam uma forma de abordar a problemática da apropriação tecnológica (principalmente, no que diz respeito aos níveis de 3 a 5).

Por fim, o uso dos níveis de inovação inclusiva se justifica dentro da **perspectiva multinível das transições sociotécnicas** (Geels, 2002; Geels e Schot, 2007). Baseada nos estudos históricos das tecnologias, a perspectiva multinível estabelece que mudanças tecnológicas (inovações) ocorrem em territórios onde há atividades localizadas (principalmente, por meio de cooperações) que experimentam e criam novidades produtivas – os **nichos tecnológicos** (micro nível). Estes nichos são influenciados por normas e instituições em escala regional ou nacional que estabelecem a forma como um setor produtivo específico se desenvolve e muitas vezes obstaculizam o aparecimento de novidades técnicas no setor (nos nichos) – o **regime sociotécnico** (meso nível). E, por último, estão as **paisagens sociotécnicas** que são tendências genéricas, geralmente em escala global, como por exemplo transformações macropolíticas ou padrões culturais em ascensão. A teoria aponta que grandes mudanças tecnológicas disruptivas



podem advir da conjunção de diversos nichos tecnológicos que se orientam por inovações incrementais e radicais semelhantes.

Muitos especialistas nos estudos de mudanças tecnológicas indicam que estamos passando por um momento histórico de grande impacto, denominado por Transição Profunda (*Deep Transition*), que seria um ponto de viragem com respeito a primeira transição que abrange o período desde a 1ª Revolução Industrial até estas últimas décadas, na entrada das tecnologias de informação e comunicação (Schot e Kanger, 2018). E a grande aposta está em uma mudança verde ou pautada pelos aspectos ambientais (energias renováveis, tecnologias eficientes e ecológicas, etc.). O campo dos sistemas agroalimentares também está inserido nesta grande transformação ainda incerta em vários pontos, como pode ser no papel da nova geração de tecnologias digitais (Sexton, 2020) ou na liderança do setor privado na produção de inovações (Wilkinson, 2019).

Nesse cenário, os pequenos produtores rurais podem encontrar um espaço nos processos de inovações, em nichos localizados. Como já ressalta uma parte da literatura dos estudos de inovação, as inovações podem surgir a partir de três tipos de bases de conhecimento. Estas são 1) a do conhecimento analítico (base na ciência), inovações criadas por novos conhecimentos; 2) do sintético (base na engenharia ou no trabalho prático), inovação gerada da combinação de conhecimento já existente; e 3) simbólico (base na criatividade e nas culturas), inovação pela recombinação de conhecimentos existentes em novas maneiras (Asheim, 2007).

Assim, as inovações podem surgir de bases de conhecimento individuais, mas também nos pontos de encontro entre as diferentes bases. Aqui, portanto, abre-se um leque de possibilidades de nichos baseados no conhecimento tradicional dos agricultores familiares, indígenas ou quilombolas. Porém, como já alertava Stuver, Leeuwis e Ploeg (2004), esse conhecimento específico dos agricultores, com significativo potencial de progresso, necessitam de apoios externos para a inovação, como universidades e institutos de pesquisa; ideia já bem enunciada no campo dos estudos de inovação a respeito da relevância da cooperação na geração de inovações em geral (Hill *et al.*, 2014).

Assim, em resumo, considerando a inclusão produtiva como aspecto central da transição para a sustentabilidade, observar a forma como os nichos se desenvolvem, em seus aspectos internos, externos e relacionais é essencial para dar subsídio a práticas e políticas que deem suporte a essa transição. Para a utilização da Perspectiva Multinível, associada à inovação inclusiva e à inclusão produtiva, será necessário atentar para os problemas e as limitações já observados em seu uso, contudo, compreende-se que a proposição de tipologias pode se beneficiar da intersecção de elementos existentes nestas três abordagens conceituais.

As evidências

Tendo esse marco como referência, as experiências que serão estudadas para a construção da tipologia desenvolvem-se no campo dos sistemas agroalimentares sustentáveis e apontam para uma diversidade de evidências, localizadas em três regiões brasileiras, que serão foco deste estudo (norte, nordeste e sul), com possíveis indicativos de inclusão produtiva. Quatro projetos distintos, presentes nessas regiões, são a fonte de informação e de casos a serem investigados: o Projeto Dom Helder Câmara, a Ação Coletiva Comida de Verdade, o Observatório Socioambiental Odyssea e a Restauração Florestal por pequenos agricultores na Amazônia Oriental (Refloramaz). Os níveis de inclusão serão estudados em casos que respondam a uma ou à combinação de três áreas da IPR: aumento da produtividade dos pequenos negócios agrícolas, aperfeiçoamento de estratégias de acesso à mercados ou inclusão produtiva associada à promoção de segurança alimentar.



Referências

- ASHEIM, Bjørn. Differentiated knowledge bases and varieties of regional innovation systems. **Innovation**, v. 20, n. 3, p. 223-241, 2007.
- AOYAMA, Yuko; MURPHY, James T.; HANSON, Susan. **Key concepts in economic geography**. Sage, 2010.
- BOSCHMA, Ron; MARTIN, Ron. Constructing an evolutionary economic geography. **Journal of Economic Geography**, v. 7, n. 5, p. 537-548, 2007.
- COHEN, Wesley M.; LEVINTHAL, Daniel A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation. **Administrative science quarterly**, p. 128-152, 1990.
- GEELS, Frank W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research policy**, v. 31, n. 8-9, p. 1257-1274, 2002.
- GEELS, Frank W.; SCHOT, Johan. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research policy**, v. 36, n. 3, p. 399-417, 2007.
- HEEKS, Richard et al. Inclusive innovation: definition, conceptualisation and future research priorities. **Development informatics working paper**, n. 53, 2013.
- HILL, Linda A. et al. Collective genius: The art and practice of leading innovation. **Harvard Business Review Press**, 2014.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**; tradução de Cláudia F. Falluh. São Paulo: UNESP, 2010.
- NELASON, Richard R.; WINTER, Sidney G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas, Brasil: Unicamp, 2005.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEXTON, Alexandra E. Food as Software: Place, Protein, and Feeding the World Silicon Valley–Style. **Economic Geography**, v. 96, n. 5, p. 449-469, 2020.
- SCHOT, Johan; KANGER, Laura. Deep transitions: Emergence, acceleration, stabilization and directionality. **Research Policy**, v. 47, n. 6, p. 1045-1059, 2018.
- STUIVER, Marian; LEEUWIS, Cees; PLOEG, Jan Douwe. The power of experience: Farmer's knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, J. S. C.; VAN DER PLOEG, J. D. (ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen, The Netherlands: Royal Van Gorcum, 2004. p. 93-118.
- TARTARUGA, Ivan G. Peyré. Innovaciones inclusivas en América Latina: propuesta de investigación para el desarrollo territorial rural. In SÁNCHEZ, A. P.; MIRANDA, C. A. R. (Coord.), **Gestión Territorial y Soberanía Alimentaria: Experiencias Latinoamericanas**. Texcoco, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2018, p.91-98.
- TARTARUGA, Iván G. Peyré. Tradition, Inclusive Innovation, and Development in Rural Territories: Exploring the Case of Amiais Village (Portugal). In: **Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development**. IGI Global, 2021. p. 62-74.
- TARTARUGA, Iván G. Peyré; SPEROTTO, Fernanda Queiroz. Rethinking Clusters in the Sense of Innovation, Inclusion, and Green Growth. **Rethinking Clusters**. Springer, Cham, 2021. p. 101-110.
- VEREDAS. **Inclusão produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda**. Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2019.
- WILKINSON, John. O setor privado lidera inovação radical no sistema agroalimentar desde a produção até o consumo. In GOULET, F.; LE COQ, J.F.; SOTOMAYOR, O. (Ed.). **Sistemas y políticas de innovación para el sector agropecuario en América Latina** (pp. 385–412). Rio de Janeiro, Brasil: E-papers, 2019.



3. Avanços do Projeto TIPR, o debate sobre a IPR e possíveis caminhos para a inclusão - Mireya Valencia - UnB³

Existem evidências de sistemas alimentares alternativos que fortaleceram circuitos curtos de comercialização, apropriaram-se em alguma medida de inovações e retomaram o controle sobre os fluxos territoriais de abastecimento. O problema é que essas evidências se apresentam de forma dispersa, com altos graus de especialização geográfica ou temática (VEREDAS 2019, 2020). Assim, questiona-se: **como caracterizar essas experiências e agregá-las para conseguir seu escalamento e incidência em políticas públicas?** De outro lado, considerando que a exclusão social é um processo multidimensional, **que tipo de combinações entre diferentes dimensões podem gerar processos de IPR, em diferentes contextos e com a participação de diversos atores?**

Com esse desafio, de responder essas questões, a equipe do projeto TIPR partiu do Investigar como é possível gerar processos de inclusão a partir do estudo de experiências práticas implica a observação de um conjunto de variáveis que, de igual forma, configuraram diferentes tipos de inclusão. Não há um caminho para a inclusão, com um ponto de partida e um de chegada. Quando se fala de tipologias está-se propondo fugir da homogeneidade e destacar a diversidade como elemento positivo dos processos de transformação

A relevância dos estudos de tipologias para a formulação ou para a ampliação de políticas e instrumentos de ação coletiva se dá na necessidade de transparecer a diversidade como regra no meio rural, ultrapassando a ideia de homogeneidade e atraso presentes no senso comum.

Whatmore (1994) afirma que estudos de tipologias apresentam limitações. Embora sejam importantes na conexão entre os dados empíricos e as explanações teóricas, não substituem nenhum desses níveis de análise. Como uma técnica metodológica, ela não possui a capacidade de explicar os processos e as transformações que ocorrem com o objeto estudado, devendo, portanto, ser utilizada como uma ferramenta nas pesquisas ao invés de como um objetivo.

É importante, no entanto, destacar que tipologias permitem, quando em contextos de grande diversidade, identificar a intervenção mais apropriada para cada tipo apontado; contribuem para compreender o quanto (e quais) intervenções são adequadas para uma aplicação em larga escala e facilitam a seleção de unidades que possam ser analisadas detalhadamente como forma de compreender um determinado tipo (ALVAREZ et al. 2014). Trata-se de relacionar as instâncias de análise com seu contexto socioeconômico mais amplo (WHATMORE, 1994). Em resumo, busca-se construir uma Tipologia da Inclusão Produtiva Rural com o objetivo de criar uma ferramenta para subsidiar o aprimoramento de políticas públicas de desenvolvimento, que leve em conta a diversidade das realidades rurais, e consequentemente das suas diferentes estratégias e inovações.

Caracterizá-las e agrupá-las por tipos, favorece a emergência de uma representação (BITOUN et al, 2017) da IPR. Dessa forma, a proposta de uma tipologia de inclusão produtiva rural sustenta-se na análise de casos que evidenciem processos de inclusão, seja pela estratégia do aumento da produtividade, do acesso a mercados ou da promoção da segurança alimentar, ou uma combinação entre elas.

³ Esse resumo traz uma síntese do debate sobre a IP e as tipologias elaborado pela equipe de pesquisa: Valencia, M; Tartaruga I; Travassos, L; Ávila, M; Preiss, P; Diniz, P; Deonti, C; Coudel, E; Wagner, D. Tipologia da inclusão produtiva rural (TIPR) e sua incidência em políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Position Paper (inédito). RETE: Brasília, 2022.



Não se pode, no entanto, supor unicamente que o trabalho e a renda estejam necessariamente no mesmo conjunto de iniciativas, uma vez que há inúmeras evidências que fortalecem o auto consumo, o decrescimento econômico, a solidariedade, as trocas e reciprocidades sem que haja o advento da renda associada, ou ainda, processos híbridos (SABOURIN, 2009) que asseguram a superação dos processos que destacamos como de exclusão social. A chave para essas dinâmicas pode estar na combinação de inovações para responder às necessidades individuais ou sociais como a segurança alimentar, o aumento da produtividade, o acesso ao mercado ou até mesmo o cumprimento de outros propósitos, menos tangíveis, vinculados com o bem estar das populações.

Em relação ao aumento da produtividade, o estudo do Instituto Veredas (2020), propõe, como mínimo, três tipos de ações para o aumento da produtividade sempre que seja reconhecida a heterogeneidade existente nos territórios rurais: 1) que promovam a utilização de técnicas amigáveis com o meio ambiente, 2) que favoreçam o desenvolvimento de instrumentos de apoio financeiro e 3) que ofereçam oportunidades de parcerias entre agricultores que estejam vinculados ao mercado. Nota-se que estas ações se encontram em domínios diferentes de execução, podendo ser motivadas por políticas públicas ou por arranjos sociotécnicos distintos, evidenciando a importância de um processo coordenado de inclusão produtiva.

De toda forma, a produtividade mantém um domínio clássico da primazia da técnica sobre os demais atributos das dinâmicas de inclusão via mercados e atributos territoriais, conforme Niederle (2017) aponta. Esta evidência sinaliza a importância de construir tipologias que considerem as distintas dimensões, inclusive as novas formas de mercado e colocar sobre a mesa o debate de conceitos clássicos como “valor”.

Desde o trabalho pioneiro de Josué de Castro ainda em 1946 já sabemos que esse contexto não se deve a um resultado de intempéries naturais ou faltas na produção de alimentos, mas sim a uma questão social e política, altamente vinculada às condições de vida da população e à ação (ou inação) do Estado. Nesse sentido, a garantia do acesso regular e permanente a alimentos em qualidade e quantidade suficiente, passa por uma série de fatores que vão desde as condições de acesso da população para adquirir alimentos, a existência de condições materiais para o preparo dos alimentos e o conhecimento de formas de cocção, a questões mais amplas como a dinâmica de distribuição de alimentos e a conformação de ambientes alimentares que facilitem práticas alimentares adequadas.

É nesse sentido que o debate sobre inclusão social com vistas a gerar melhorias na segurança alimentar e nutricional tende a considerar os distintos contextos socioeconômicos da sociedade. A população que se encontra em condição de precariedade e de vulnerabilidade deve ser percebida como um grupo prioritário, requerendo ações intersetoriais que possam alçar suas condições de vida (renda, moradia, acesso à saúde e educação), tendo garantido o seu acesso a alimentos por meio de programa de repasse de alimentos, sejam estes mobilizados pelo Estado ou pelas organizações da sociedade. Esse debate que envolve a relação das SAN, os processos de produção, as estratégias de abastecimento, a incidência de desertos ou pântanos alimentares é uma produção mais recente no país e que requer maior atenção, inclusive para pensar como estas estratégias mais amplas podem também incidir de forma positiva nas populações vulneráveis.

O estudar o acesso a mercados como alavancador de processos de inclusão produtiva, aparecem com destaque os estudos sobre os “mercados institucionais” e sua contribuição para impulsionar a agenda de pesquisas sobre construção de mercados alimentares e, principalmente, o reforço dado ao debate político sobre o tema, tendo como um dos resultados desse processo, o crescente apelo por apoio público a circuitos alternativos de produção e consumo, principalmente às



cadeias curtas que aproximam produtores e consumidores (NIEDERLE et al., 2021). Buscando responder à questão central de “como a criação de mercados alternativos pode ser um marco na construção de rotas de inclusão” (NIEDERLE et. al, 2021, p. 29, 31, 32), os autores apontam que os efeitos produzidos pela expansão desses mercados em termos de inclusão produtiva, geram “oportunidades” várias no campo econômico-produtivo, no campo do trabalho decente e no campo de oportunidades básicas.

Nesse sentido, consolidaram-se como uma estratégia de caminhos múltiplos e complementares, indo ao encontro, como já mencionado, dos argumentos de Favareto (2019) em relação à necessidade de se considerar as distintas situações e a diversidade de atores a serem contemplados. E com essa multiplicidade de fomentos, também ocorreram uma pluralidade de efeitos, tal como: o aumento da demanda por alimentos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais; a valorização da origem local dos alimentos; o fomento aos sistemas agroecológicos; o estímulo à comercialização em outros canais; a abertura para relações mais diretas com estratégias territorializadas e com proximidade a consumidores urbanos (PREISS; SCHNEIDER, 2020). Aqui é importante ressaltar um elemento determinante para a viabilidade dos mercados como mecanismos de inclusão, que é o processo de enraizamento social na criação, no controle e na manutenção desses mercados, ou seja, o controle social da rede de atores envolvidos torna-se essencial na determinação das regras e das normas de funcionamento, sejam estas formais ou informais (MATTE, PREISS, 2019; BRASIL, SCHNEIDER, 2020).

Estudos do desenvolvimento sugerem caminhos para a inclusão produtiva objetivando a promoção de economias locais/regionais que contemplem as inovações, sobretudo aquelas no meio rural, tais como a agroecologia e as redes solidárias de produção e consumo, as iniciativas de comércio justo e de proximidade e a valorização do território como lócus e elemento catalisador dessas sinergias. Sendo assim, essas inovações precisam ser co-construídas, acessíveis, representativas dos anseios e apropriadas, além de conter as demais expectativas e realidades dos sujeitos que constroem o território.

No desenvolvimento da pesquisa para a formulação da TIPR, buscou-se inicialmente, compreender os processos de inclusão produtiva em cada um desses domínios e, em seguida, entender as possibilidades de inclusão por processos de inovação, principalmente, aquelas em que grupos excluídos participam, mais diretamente, nestes processos. Aqui, ressaltamos as vantagens da inclusão com inovação no sentido de promover, de um lado, a resiliência nesses grupos sociais, com efeito, a atividade de inovar é uma constante busca de melhora produtiva, portanto, de constante adaptação às transformações econômicas, e, de outro lado, o aproveitamento e melhoramento dos conhecimentos específicos desses grupos (de base sintética ou simbólica). A literatura destaca como questão chave para uma transição sociotécnica ocorrer, por exemplo em uma região rural, a capacidade de um conjunto de nichos superar a resistência do respectivo regime sociotécnico.

Referências

- ALVAREZ, Stéphanie, PAAS, Wim, DESCHEEMAEKER, Katrien, TITTONELL, Pablo, GROOT, Jeroen. Constructing typologies, a way to deal with farm diversity: general guidelines for the Humidtropics. **Report for the CGIAR Research Program on Integrated Systems for the Humid Tropics**. Plant Sciences Group, Wageningen University, the Netherlands, 2014.
- BRASIL, N. SCHENDIER, S. *Anatomia dos mercados imersos: guia metodológico*. Porto Alegre: GEPAD, 2020.



- BITOUN, Jan; DE MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 35, n. 1, p. 21-33, 2015.
- FAVARETO, A.. **A Estratégia de Inclusão Produtiva Rural do Programa Brasil Sem Miséria**: arranjo institucional, implementação e aprendizados. 2019. (Relatório de pesquisa).
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 333p., 2009.
- NIEDERLE, Paulo. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. **Raízes**, v. 25, p. 37-47, 2006.
- NIEDERLE, Paulo. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.168-196.20 21
- NIEDERLE, Paulo et. al. Inclusão produtiva por meio de mercados alimentares digitais: desafios para a construção de estratégias cooperativas solidárias. IN: NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **Mercados alimentares digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS 2021. (p. 25-66).
- PREISS, P.; SCHNEIDER, S.; Mercados e segurança alimentar e nutricional. In: PREISS, P.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. *A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
- VEREDAS. **Inclusão produtiva no Brasil**: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda. Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2019.
- VEREDAS. **O Futuro da Inclusão Produtiva no Brasil**: da Emergência Social aos Caminhos Pós-Pandemia. Fundação Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas, São Paulo, 2020.
- WHATMORE, Sarah. Farm household strategies and styles of farming: Assessing the utility of farm typologies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (Ed.). **Born from within**. Assen: Van Gorcum, 1994.

4. Inclusão produtiva rural e o Consórcio Nordeste – Alexandre Lima

A criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste ocorreu em 2019 para ser o instrumento jurídico, político e econômico de integração dos nove Estados da região Nordeste do Brasil. Sua criação deu um novo protagonismo político aos governadores da região, a inovadora proposta de compartilhamento coordenado dos recursos regionais é uma contribuição ousada e importante para a cultura política brasileira.

O Consórcio é uma iniciativa que pretende atrair investimentos e alavancar projetos de forma integrada, constituindo-se, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de gestão criada e à disposição dos seus entes consorciados. As ações e posicionamentos articulados pelo consórcio tem repercutido de forma bastante positiva no país e no exterior, qualificando o debate nacional sobre as reais demandas da sociedade e o desenho de políticas públicas adequadas à sua satisfação.

No âmbito do Consórcio foram instituídas as Câmaras temáticas com a finalidade de “ampliar as redes colaborativas entre os Estados e aprimorar a capacidade de elaboração de políticas públicas e a realização de ações conjuntas que proporcionem, entre outras, compartilhamento de conhecimento, ações, saberes, boas práticas e sistemas”. (Resolução nº 12/2020)



Nesse contexto surge a Câmara Temática da Agricultura Familiar (Portaria nº01/CIDSNE/PRE, 2021), como rede colaborativa entre os gestores da agricultura familiar, com o escopo de “articular pactos entre os Estados consorciados e formular, aperfeiçoar e apoiar a implementação das políticas públicas neste campo, de modo a possibilitar a atuação do Consórcio Nordeste enquanto ferramenta de gestão”.

A Câmara Temática da Agricultura Familiar na busca de apoio ao fortalecimento e expansão da agricultura familiar em bases agroecológicas, avançou com a formulação do Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste – PAS/NE, documento referencial na articulação técnica e política e elaboração de diretrizes e ações conjuntas, construído em parceria com os movimentos populares e as redes de organizações da sociedade civil que atuam no campo. Um passo rumo à consolidação de estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, para o nosso país.